

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL SERGIPANO DA SEGUNDA METADE DO
SÉCULO XX E SUA POSSÍVEL COLABORAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DO
CENÁRIO POLÍTICO ELETIVO DE SERGIPE**

Lourenço Nabor Henrique Santos¹

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe. Email: lourenco.lnhs@hotmail.com

RESUMO

Este artigo analisa o movimento estudantil sergipano da segunda metade do século XX, destacando sua relevância histórica e política. O objetivo é investigar como a participação desses grupos de jovens influenciou as mudanças no cenário político de Sergipe, contribuindo para a formação de lideranças políticas que, posteriormente, assumiram cargos eletivos. A pesquisa baseia-se em fontes documentais, majoritariamente jornais, e entrevistas com ex-líderes estudantis, além de uma revisão da literatura sobre o período da ditadura militar no Brasil e os movimentos de resistência. A análise evidencia a conexão entre o ativismo estudantil e o fortalecimento de novas forças políticas, sugerindo que o movimento estudantil foi um importante catalisador para a renovação política no estado. As conclusões apontam para o impacto duradouro dessas mobilizações na atual configuração política de Sergipe.

Palavras-chave: Movimento estudantil, política sergipana, ditadura civil-militar, renovação política, democracia.

Este trabalho tem como objeto de estudo o movimento estudantil sergipano da segunda metade do século XX e sua possível colaboração para renovação do cenário político eletivo de Sergipe.

Entretanto, é quase impossível abordar o tema local sem abordar os acontecimentos nacionais correlatos, pois tais acontecimentos dão contextualização e base para tratar dessa fase na história do Brasil e Sergipe.

Com isso, ao pesquisar sobre o movimento estudantil brasileiro nos periódicos do século XX, como Folha de São Paulo; O Estado de São Paulo; Jornal do Brasil; O Globo; Correio Braziliense; Última Hora; Correio da Manhã, facilmente percebe-se que o movimento estudantil no Brasil, teve seu apogeu durante o regime civil-militar (1964 – 1985).

Também é possível identificar com a análise desses periódicos que, durante esse período, diversos protestos foram organizados por estudantes de todos os estados do Brasil, e as principais bandeiras defendidas foram a educação, com foco para a reforma universitária e o retorno da democracia, com o fim do regime civil-militar.

Em Sergipe, durante o mesmo período, a respeito do movimento estudantil o que mais esteve presente nos periódicos locais, como Gazeta de Sergipe e A Cruzada, além dessas pautas nacionais, foi a reivindicação de se criar a primeira universidade do estado, que até então contava apenas com seis faculdades independentes. O projeto se apresentou como elemento importante no processo de modernização social, desenvolvimento econômico e cultural do estado.

Durante esse período, o movimento estudantil brasileiro, se transformou em um importante meio de mobilização social e deu evidência aos discursos dos jovens estudantes em defesa da educação, da liberdade, da democracia e a luta contra a repressão do regime civil-militar.

Posteriormente, muitos desses líderes estudantis foram eleitos para cargos públicos e se tornaram políticos em diversos estados do Brasil, a exemplo de José Serra e José Dirceu no estado de São Paulo; Vladimir Palmeira no estado do Rio de Janeiro; Aldo Arantes no estado de Goiás.

E particularmente no estado de Sergipe, Benedito de Figueiredo, João Augusto Gama, Jackson Barreto, Marcelo Déda, João Francisco Santos, Jonas Amaral e Edvaldo Nogueira.

Em razão disso, o estudo tem como objetivos investigar, analisar e compreender como o movimento estudantil serviu de base para a formação política de alguns estudantes daquele período que se engajaram na vida política posterior.

Especialmente no Estado de Sergipe, que é o espaço geográfico delimitado neste estudo.

Devemos levar em consideração que o Brasil desde a sua primeira experiência democrática, na república velha, elegeu no ano de 1894, de forma direta, através do voto popular, seu primeiro presidente civil, o Prudente de Moraes, um representante dos cafeicultores (CARVALHO, 2021).

Desde então, se iniciou o período conhecido como República Oligárquica², que constituiu a classe política brasileira através das forças oligárquicas regionais.

Durante esse período, do final do século XIX e início do século XX, a política no Brasil ficou marcada pelo coronelismo³, com uma classe política dominante formada em sua maioria por grandes empresários e fazendeiros que controlavam o sistema econômico, político e social com a força do poder financeiro. Os “coronéis” utilizavam a máquina pública e/ou o abuso de poder econômico, para compra de votos, se instituiu o “voto cabresto⁴”. O cidadão que não fosse de família rica e influente, teria muita dificuldade de conseguir espaço no meio político.

Em contrapartida, descobrimos através de pesquisas e entrevistas que a maioria dos líderes dos movimentos estudantis, eram de classe média ou baixa, o que dentro dessa lógica, poderia dificultar o acesso aos cargos públicos.

Esse contexto começou a mudar com a chamada política de massas, como afirma João Augusto Gama:

Ao longo do século XX, com o crescimento industrial e urbano, surgiu a cultura política de massas, que através da criação de sindicatos, partidos e movimentos sociais, formaram novas lideranças políticas. Dentro desse contexto surge o movimento estudantil brasileiro (GAMA, 2020).

Segundo Antônio Gramsci, um influente teórico político italiano, a política de massas envolve a mobilização e organização das massas populares em torno de ideias, valores e projetos políticos específicos. Ele abordou a política de massas através do prisma de sua ‘Teoria da Hegemonia’.

A noção central de Gramsci é a ideia de que o controle da classe dominante não é apenas mantido por meio da coerção e do aparato estatal, mas também pela conquista da hegemonia cultural.

² A República Oligárquica do Brasil (1894-1930) foi o período em que o poder político esteve dominado pelas elites regionais, especialmente pelos grandes proprietários rurais, como os cafeicultores de São Paulo e os pecuaristas de Minas Gerais (FAUSTO, 2013).

³ O coronelismo refere-se à prática de controle político e social exercido por grandes proprietários rurais, conhecidos como "coronéis", que utilizavam sua influência econômica e poder local para dominar as esferas política e eleitoral nas comunidades (CAMINHA; BERNARDES, 2001).

⁴ O voto de cabresto era aquele em que o eleitor escolhia um candidato por determinação de um chefe político ou cabo eleitoral. Muitas vezes, o cidadão nem sabia exatamente em quem estava votando. Por isso, era denominado “eleitor de cabresto” (CAMINHA; BERNARDES, 2001).

Isso implica que, além de controlar as instituições políticas e econômicas, a classe dominante influencia e molda as ideias, valores e crenças da sociedade em geral. Ele também introduziu o conceito de "sociedade civil" para descrever as instituições não estatais que desempenham um papel na formação da cultura e opiniões, como escolas, igrejas, mídia, organizações culturais e sociais.

Além disso, destacou a importância dos "intelectuais orgânicos", que são aqueles que articulam, desenvolvem e promovem as ideias da classe dominante. Assim, a política de massas, de acordo com Gramsci, é uma batalha ideológica e cultural em que diferentes grupos buscam influenciar e conquistar a adesão das massas para consolidar sua hegemonia.

E foi justamente isso o que estava acontecendo na maior parte do mundo ocidental naquele período do século XX.

A pesquisa utiliza como matéria-prima artigos de jornais da época estudada e relatos orais, obtidos através de entrevistas realizadas com ex-líderes do movimento estudantil sergipano e ex-integrantes do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como: João Augusto Gama, primeiro presidente do DCE/UFS e ex-prefeito de Aracaju; Benedito de Figueiredo, primeiro tesoureiro do DCE/UFS, ex-vice-governador de Sergipe e ex-deputado federal por Sergipe; João Francisco Santos (Chico Buchinho), presidente do DCE/UFS no ano de 1980 e ex-vereador de Aracaju; e Carlos Roberto Silva (Cauê), presidente do DCE/UFS no ano de 1985 e ex-secretário do município de Aracaju e do Estado de Sergipe.

Também serviram de base para o estudo capítulos de livros, livros, trabalhos acadêmicos, atas, cartazes, manifestos, discursos, fotos, leis, resoluções e decretos.

A pesquisa da Legislação Federal e Estadual, foi realizada através dos portais eletrônicos da internet da Câmara Federal, Senado Federal, Planalto, Assembleia Legislativa de Sergipe e Secretaria de Estado de Governo de Sergipe.

Para analisar os resultados das eleições, foram utilizados dados do repositório disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que oferece informações detalhadas sobre candidatos, partidos e votações. Esses dados são essenciais para compreender a atuação de ex-militantes do movimento estudantil no cenário político ao longo dos anos.

Os principais jornais locais analisados foram A Cruzada e Gazeta de Sergipe, disponíveis na hemeroteca digital da UFS.

Os jornais de circulação nacional mais utilizados foram Folha de São Paulo, Correio da Manhã e Correio Braziliense, disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional do Brasil e no acervo digital do próprio jornal Folha de São Paulo.

Entre os livros que serviram de guia, listamos *Movimento Estudantil e Ditadura Militar no Brasil: 1964-1968*, de João Roberto Martins Filho, que detalhou o movimento estudantil desde a sua formação até sua atuação durante o regime civil-militar; *O golpe de 1964*, de Carlos Fico, que trouxe de forma mais ampla toda a conjuntura política e social do Brasil, durante o período do regime civil-militar (1964-1985). E *História Política de Sergipe*, de Ariosvaldo Figueiredo que foram de fundamental importância, para compreensão não só da política, mas da sociedade sergipana.

No diálogo com trabalhos acadêmicos foi de fundamental importância a tese de doutorado de José Vieira da Cruz, *Da Autonomia à Resistência Democrática: Movimento Estudantil, Ensino Superior e a Sociedade em Sergipe, 1950-1985*.

Na abordagem, foi utilizado o conceito de memória individual e coletiva, tal como formulado pelos autores Maurice Halbwachs, em *A Memória Coletiva* (2004), e por Jacques Le Goff, em *História e Memória* (1988).

No tratamento dos dados, foram adotados os seguintes procedimentos, realização de entrevista episódica, essa modalidade de registro aborda um acontecimento específico e predeterminado na vida do sujeito. Transcrição da entrevista, com a pesquisa do analista completo, que faz o historiador interpretar, criticar e situar historicamente os depoimentos e as evidências orais (MATOS; SENNA. 2011).

O estudo aqui realizado se enquadra no campo da História Política. Nos estudos já existentes sobre o objeto deste trabalho, procuramos dialogar com duas abordagens. A primeira de João Roberto Martins Filho. A segunda de José Vieira da Cruz.

O estudo aqui realizado é norteado pela hipótese de que o movimento estudantil dos anos 1960 a 1980 e consequentemente a luta empenhada por seus líderes contra o regime civil-militar brasileiro (1964 – 1985) serviram de base para impulsionar o surgimento de novos dirigentes políticos em Sergipe.

Este artigo é dividido em três momentos. O primeiro consiste em um apanhado geral sintetizado sobre a história do movimento estudantil brasileiro e sergipano, focando no início do movimento, antes do regime civil-militar. O segundo trata da repressão do regime civil-militar no Brasil e em Sergipe (1964-1985). Já o terceiro momento relata o comportamento do movimento com a redemocratização do Brasil e a atuação política dos líderes estudantis do DCE/UFS. A narrativa intercalada entre Brasil e Sergipe está presente em todo o trabalho.

Por fim, nas considerações finais, pontuamos os resultados dos objetivos e da hipótese, bem como as contribuições das entrevistas para a realização do estudo.

Para melhor didática, classificamos esse período do movimento estudantil sergipano, em três gerações, tendo a primeira geração iniciado na década de 60, a segunda em 70 e a terceira na década de 80.

A ORIGEM DO MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO

Segundo Artur José Poerner, em *O Poder Jovem*, os primeiros engajamentos políticos estudantis no Brasil foram registrados ainda durante o período colonial, onde os estudantes participaram de movimentos políticos como a Inconfidência Mineira e as Rebeliões Separatistas nos séculos XVIII e XIX.

No entanto, o conceito de movimento estudantil, tal como é estudado hoje, só se tornou aplicável com a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em meados do século XX.

Desde o início do século XX, o movimento estudantil brasileiro teve momentos importantes, como podemos observar:

Em 1901, a Federação dos Estudantes Brasileiros foi criada (CORREIO DA MANHÃ, 27 de junho de 1901).

Já em 1910, aconteceu o I Congresso Nacional de Estudantes, em São Paulo (AGÊNCIA SENADO, 2017).

No ano de 1937, na Casa do Estudante do Brasil, aconteceu a instalação do Conselho Nacional dos Estudantes, que posteriormente recebeu o nome de União Nacional dos Estudantes - UNE, e passou a se organizar regularmente em congressos anuais (CORREIO DA MANHÃ, 11 de agosto de 1937).

Em 1942, o presidente Vargas oficializou a UNE como representativa dos estudantes universitários pelo Decreto-Lei Nº 4.105 (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1942).

Em 1947, o *Jornal O Globo* publicou o lançamento da campanha nacional do petróleo, realizada pela UNE, que foi protagonista na campanha “O Petróleo é Nosso”. A luta prosseguiu até 1953, quando se deu a criação da Petrobras (O GLOBO, 28 de agosto de 1947).

O ano de 1962 foi marcado pela greve organizada pela UNE, que paralisou 40 universidades no Brasil por três meses pela participação dos estudantes no colegiado das universidades, tal greve ficou conhecida como greve do terço (FOLHA DE SÃO PAULO, 1º de junho de 1962).

Ainda em 1962, a UNE fez parte da Frente de Mobilização Popular. No contexto das reformas de base propostas pelo governo João Goulart, que foi ao encontro de estudantes de

várias partes do país para debater a necessidade das reformas e entender a realidade brasileira com seus contrastes e potencialidades (ARAÚJO, 2007).

Vale destacar também a participação da Igreja Católica no movimento estudantil brasileiro. Desde a criação das primeiras universidades na Europa Medieval, a mão da Igreja Católica esteve presente no campo educacional, como afirma José Silveira da Costa, em *A História da Filosofia Ocidental*.

No Brasil, ainda no século XVI, o padre Manuel da Nóbrega, fundou a primeira instituição educacional do país, o Colégio dos Jesuítas da Bahia⁵, na cidade de Salvador.

Tendo grande influência na sociedade brasileira desde a colonização, a Igreja Católica se aproximou do movimento estudantil brasileiro no início do século XX, e formou muitos dos ex-presidentes da UNE, que fizeram parte de grupos de representação estudantil católicos, como a Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC) ou da Ação Popular (AP), a exemplo de José Serra, Aldo Arantes, Vinícius Caldeira Brandt, muitos desses membros se aproximaram posteriormente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o chamado “Partidão”.

A ORIGEM DO MOVIMENTO ESTUDANTIL SERGIPANO

Os órgãos de representação dos estudantes sergipanos trazem em seus estatutos data de fundação na década de 1950, tanto no âmbito secundarista, a exemplo da União Estadual dos Estudantes Secundaristas de Sergipe – USES, como também no universitário com a União dos Estudantes de Sergipe – UEES (GAMA, 2020).

Seguindo o exemplo de outros Estados brasileiros, os estudantes de Sergipe, também tiveram a influência e a participação da Igreja Católica no movimento estudantil. Com atuação da JUC, da Liga Universitária Católica - LUC e da AP.

Uma publicação do jornal *A Cruzada*, de 2 de abril de 1950, mostra Dom Luciano – que na época era padre e assistente eclesiástico – organizando a juventude estudantil sergipana através do movimento denominado Juventude Universitária Católica - JUC (A CRUZADA, 2 de abril de 1950).

No mesmo período se organizaram os órgãos de representação dos estudantes universitários de Sergipe, logo após a criação das instituições de ensino superior.

Na gestão do então governador do estado José Rollemberg Leite (1947 – 1951), foram criadas as Faculdade de Ciências Econômicas e a Escola de Química em 1950, e apoiou com

⁵ O Colégio dos Jesuítas da Bahia foi uma instituição educacional do Brasil Colonial que funcionou em Salvador entre 1553 e 1759. Foi fundado pelo jesuíta Manuel da Nóbrega. Nele estudaram Antônio Vieira, Frei Vicente do Salvador, Gregório de Matos e outros (ASSUNÇÃO, 2019).

verbas públicas a Faculdade de Direito e a Faculdade Católica de Filosofia, em 1951 conforme Dantas (2004, p.122).

E, em uma parceria entre o Governo do Estado de Sergipe e a Igreja Católica, foi criada a Escola de Serviço Social de Sergipe, em 1954, na gestão do governador Arnaldo Rollemberg Garcêz (1951/1954), e sob a direção da congregação de freiras, Missionárias de Jesus Crucificado (A CRUZADA, 13 de fevereiro de 1954).

Já a Faculdade de Medicina de Sergipe, foi criada em 1961, através do Decreto 49.864, assinado pelo governador de Sergipe Luís Garcia (1959 – 1962) (GARCIA FILHO, 1966).

O projeto de se criar instituições de ensino superior se apresenta como elemento importante do processo de modernização social bem nos moldes do que já ocorreu em sociedades desenvolvidas. O filósofo Antonio Gramsci, afirma que:

Ao modo, que o trabalho se torna mais complexo em função da industrialização, urbanização e de outros fatores econômicos ou culturais, mais se requer desenvolvimento na formação intelectual da população (GRAMSCI, 1982).

Seguindo o compasso da efetivação das primeiras instituições de ensino superior, logo surgiram os primeiros órgãos de representação dos interesses dos universitários em Sergipe, a exemplo dos Diretórios e Centros Acadêmicos listados a seguir:

Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe, fundado em 17 de janeiro de 1950; do Diretório Acadêmico da Escola Superior de Química de Sergipe, fundado em 30 de março de 1950; do Centro Acadêmico Silvio Romero, vinculado à Faculdade de Direito de Sergipe, fundado em 1951; do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, relacionado à Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, fundado em 2 de junho de 1951; do Diretório Acadêmico Maria Kiehl, associado à Escola de Serviço Social, iniciado na data de 1º de setembro de 1954, e do Diretório Acadêmico Augusto César Leite, vinculado à Faculdade de Medicina de Sergipe, fundado em 5 de abril de 1961 (CRUZ, 2012, p. 92 – 93).

Com essa conjuntura se organizou a União dos Estudantes de Sergipe - UES, entidade estruturada para defender os interesses dos estudantes universitários do estado. Os registros a respeito dessa instituição são esparsos e em número reduzido, o que dificulta apontar o ano específico de sua fundação. Mas a partir da documentação existente é bem possível que ela tenha sido criada entre os anos de 1950 e 1951.

Em 1953, a UES passou a ser referendada como União Estadual dos Estudantes de Sergipe - UEES (op. cit. p. 93 - 94).

Em junho do mesmo ano, na greve dos estudantes em defesa da participação nos órgãos colegiados das Faculdades, a UEES, teve forte atuação, ato registrado em publicação do jornal *A Cruzada*, de 16 de junho de 1962.

A União Sergipana dos Estudantes Secundários – USES, também era muito atuante frente aos diversos temas de defesa da comunidade estudantil. Nessa greve de 1962, também apoiaram os estudantes universitários, documentado por publicação do jornal *Gazeta de Sergipe*, de 04 de agosto de 1962, em que publicaram um manifesto em defesa dos estudantes. (GAZETA DE SERGIPE, 04 de agosto de 1962).

A respeito da atuação secundarista, a USES anualmente realizava congressos estudantis para debater as necessidades da classe estudantil. Benedito de Figueiredo nos relatou um famoso e polêmico Congresso da USES, realizado no ano de 1963, que começou na cidade de Lagarto e terminou em Propriá:

O congresso foi patrocinado pela prefeitura de Lagarto, à época sob gestão do prefeito Ribeirinho, que por estar bancando o congresso não concordou com a participação de dois políticos da cidade que faziam oposição a ele, o líder estudantil Wellington Manguiera, que era o presidente do Grêmio Clodomir Silva, grêmio do Colégio Atheneu, ficou indignado com esse fato, e usando o microfone, disse que não aceitava tal intrometimento político no evento. Um outro estudante conhecido como João Papa Doce, não gostou do que Wellington Manguiera falou, e apesar de serem amigos, lhe deu uma facada, falando em voz alta, que não gostava de comunistas (FIGUEIREDO, 2020).

João Augusto Gama nos relatou que os grêmios estudantis das escolas tradicionais de Aracaju reuniam os principais líderes do movimento estudantil secundarista, dentre eles os de maior participação eram o grêmio do Colégio Atheneu e o grêmio do Colégio Tobias Barreto. E no início do mês de março de 1964, ele e outros estudantes organizaram a greve secundarista, contra o aumento das anuidades escolares. Pouco tempo depois desse episódio, aconteceu o golpe civil-militar, que desde o início tomou medidas para frear a atuação do movimento estudantil.

O REGIME CIVIL-MILITAR DO BRASIL (1964 - 1985)

O regime civil-militar iniciado em 1964 registrou o período mais difícil para a atuação do movimento estudantil brasileiro, mas, apesar da opressão sofrida, foi justamente quando o movimento teve maior destaque. A crise política gerada desde o início da década de 60 criou um ambiente de dualidade na política brasileira, entre progressistas e conservadores.

O estopim da crise vem datado no ano de 1960, quando Jânio Quadros foi eleito presidente do Brasil, mas logo após assumir o governo no ano de 1961 renunciou ao cargo (CORREIO DA MANHÃ, 26 de agosto de 1961).

João Goulart, que era o vice-presidente, foi convocado a assumir o governo do país. O fato não agradou determinados setores conservadores da sociedade, que tentaram impedir sua posse, sob acusações de ser comunista. Mas após longa negociação com o Congresso Nacional, foi firmado um acordo para que Goulart fosse empossado dia 7 de setembro de 1961, sob a condição de se instalar no Brasil um sistema parlamentarista (CORREIO DA MANHÃ, 7 de setembro de 1961).

Como registra o *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas - FGV*, João Goulart se dispôs a realizar mudanças nas estruturas econômicas, sociais e políticas visando a superação do subdesenvolvimento, bem como uma diminuição das desigualdades sociais no Brasil, tais medidas ficaram conhecidas como “Reformas de Base”, o projeto era de realizar mudanças no sistema bancário, fiscal, urbano, administrativo, agrário e universitário.

O projeto gerou insatisfação entre as forças conservadoras da época, diante de tal insatisfação Goulart organizou uma ofensiva apoiada pelos grupos de esquerda.

Com isso, no dia 13 de março de 1964, foi realizado um comício na estação da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, com cerca de 200.000 pessoas presentes, João Goulart propôs reformas na Constituição e anunciou a adoção de importantes medidas (FOLHA DE SÃO PAULO, 13 de março de 1964).

O choque com os opositores conservadores foi inevitável. No dia 19 de março, aconteceu a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ato contra João Goulart, que reuniu cerca de 500 mil pessoas, fizeram o ato solicitando a deposição do então presidente da República, sob o discurso de serem contra o comunismo (FOLHA DE SÃO PAULO, 19 de março de 1964).

Com parte da população e instituições da sociedade civil organizada, como Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Congregação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e Associação Brasileira de Imprensa - ABI, exigindo a retirada do presidente João Goulart. Líderes do Exército Brasileiro, no dia 31 de março de 1964 proclamaram a intervenção militar e o afastamento de João Goulart da presidência impedindo a concretização das almejadas reformas (CASTRO *apud* FICO, 2007).

Para João Augusto Gama, o regime civil-militar foi a maior ruptura da sociedade brasileira, alega que nem a transição do regime imperial para o republicano, nem a Revolução de 1930, com a ditadura de Getúlio Vargas, não tiveram consequências tão duras e brutais como no período do Regime civil-militar brasileiro.

O país ficou dividido, a polarização era clara entre dois setores da sociedade, de um lado os conservadores que queriam se livrar da ameaça comunista e de outro o setor mais progressista, que começou a sonhar com reformas sociais estruturantes no Brasil.

Nos primeiros dias de abril, se criou uma Junta Militar para tomadas de decisões do país, já no dia 9 de abril, foi promulgado o Ato Institucional nº 1, que concedia à Junta poderes excepcionais, como: cassar mandatos, suspender direitos políticos por 10 anos e estabelecer o estado de sítio sem aprovação do Congresso. De todas as partes sucediam-se prisões e violência contra os vencidos. Logo após, houve eleição indireta para presidente da república, realizada no Congresso, em que General Castelo Branco foi eleito, assumindo a presidência do Brasil em 15 de abril de 1964 (COSTA *apud* FICO, 2007).

Os Efeitos do Regime Civil-Militar no Brasil

Nos primeiros dias após a intervenção militar, uma violenta repressão atingiu os setores politicamente mais mobilizados à esquerda no espectro político, como por exemplo o Comando Geral dos Trabalhadores - CGT, a União Nacional dos Estudantes - UNE, as Ligas Camponesas e grupos católicos como a Juventude Universitária Católica - JUC e a Ação Popular - AP. Milhares de pessoas foram presas de modo irregular, e a ocorrência de casos de tortura foi comum (CASTRO *apud* FICO, 2007).

Carlos Fico (2007) narra o início da violência do regime civil-militar, com a publicação de dois livros em 1964, dos jornalistas Carlos Heitor Conty e Marcio Moreira Alves, que reuniram reportagens sobre tortura, por todo o país.

Os militares tomaram medidas, que constituíram a repressão institucional de uma ditadura. Sob o pretexto de “segurança jurídica” dos Atos Institucionais, os militares cometeram crimes irreparáveis cassaram mandatos de políticos, demitiram servidores públicos, censuraram, perseguiram, espionaram, torturaram, mataram, criaram órgãos de investigação, inteligência e repressão como Serviço Nacional de Inteligência (SNI), Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi).

A espionagem, a polícia política, a propaganda e a censura, foram os pilares básicos da repressão dos militares. A censura, já existia desde 1946⁶, mas era a censura moral, a partir de 1964 foi implantada a censura política (FICO, 2007).

A repressão também acontecia de forma burocrática, muitos cidadãos foram impedidos de assumir cargos públicos, após aprovação de concurso público, por terem sido fichados como comunistas e representarem ameaça à soberania nacional, na visão dos militares. Além

⁶ Decreto n. 20.493 de 24 de janeiro de 1946.

disso, diversos cidadãos tiveram bens confiscados pela Comissão Geral de Investigações - CGI - órgão criado em 1968 com o objetivo de investigar políticos e servidores suspeitos de corrupção (BRAZ, 2019).

O Ato Institucional nº 5 - AI-5, publicado em 13 de dezembro de 1968, aumentou a repressão do regime civil-militar, o período ficou conhecido como os anos de chumbo, sendo o mais severo da ditadura.

No dia 14 de dezembro de 1968, o *Jornal Última Hora*, publicou o seguinte em sua capa manchete: ATO-5: O objetivo é manter a revolução – 1. Congresso em recesso por tempo indeterminado; 2. Habeas corpus suspenso para delitos políticos; 3. Poder para cassar, demitir, aposentar e remover.

A censura praticada através do AI-5 desenvolveu um implacável expurgo nas obras artísticas criadas durante todo o período do regime civil-militar. Em dez anos, cerca de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, dezenas de programas de rádio, 100 revistas, mais de 500 letras de música e uma dúzia de capítulos e sinopses de 285 telenovela foram censurados (VENTURA, 1988, p. 177).

Nesse período os jornais foram censurados de forma rigorosa, proprietários e redatores recebiam ‘bilhetinhos e telefonemas’ sobre os temas que deveriam ser evitados (FICO, 2007, p.190).

Os Efeitos do Regime Civil-Militar em Sergipe

Diversos indivíduos de variados setores da sociedade brasileira foram perseguidos durante o regime civil-militar. Em Sergipe, através da análise dos jornais da época como Gazeta de Sergipe, podemos dizer que os estudantes, sindicalistas, políticos e jornalistas, foram os mais perseguidos.

Um exemplo entre os jornalistas perseguidos é o jornalista Orlando Dantas, proprietário do Jornal Gazeta de Sergipe, que por diversas vezes pensou em vender ou fechar o jornal por não suportar a repressão que sofria, como relata Ariosvaldo Figueiredo, em seu livro *História Política de Sergipe* (1996).

Políticos de Sergipe também sofreram com a repressão dos militares. Pouco tempo após a instalação do regime, ainda em 1964, Seixas Dória foi deposto do cargo de governador do estado e preso. Os deputados Aerton Menezes Silva, José Gilton Pinto Garcia, Durval Militão de Araújo, Francisco Teles Mendonça, Jaime de Araújo Andrade, Edson Mendes de Oliveira, José dos Santos Mendonça, Antônio Fernandes Viana de Assis e José Baltazarino dos Santos foram cassados, e alguns deles também foram presos (BOTTO, 2015).

Diversos estudantes do movimento estudantil secundarista e universitário foram presos e torturados em Sergipe, durante o regime civil-militar. Benedito de Figueiredo nos relatou em entrevista que, próximo a ele, o líder estudantil Wellington Mangueira foi quem mais sofreu, por ser dirigente partidário e muito atuante na política estudantil. Foi preso em Sergipe e no Rio Grande do Sul, esteve um bom tempo na Rússia, depois retornou ao Brasil, foi preso novamente e torturado. A primeira prisão dele aconteceu no ano do golpe em 1964, quando era presidente do grêmio escolar do Colégio Atheneu Sergipense⁷, Grêmio Clodomir Silva. Primeiramente ficou preso no quartel militar do Exército brasileiro em Sergipe, o 28º Batalhão de Caçadores - 28º BC, e depois foi levado para um quartel em Salvador.

Outros líderes estudantis também foram presos em Sergipe, durante o regime civil-militar, como:

Bosco Rollemberg, Rosalvo Alexandre, Abelardo Souza, Jackson Barreto, João Augusto Gama, José Alves do Nascimento, Antônio Vieira da Costa, João Rolemberg Côrtes, José Alexandre Felizola, Elze Maria, Zelita Rodrigues, Janete Correia, Chico Varela, José Jacob Dias Polito, Jackson de Sá Figueiredo, Laura Ribeiro, Dílson Menezes Barreto, Ana Maria, e o próprio Benedito de Figueiredo, além de vários outros (FIGUEIREDO, 2020).

No caso da represália burocrática, João Augusto Gama nos relata que em 1966 foi aprovado no vestibular da Faculdade de Direito de Sergipe e, para realizar a matrícula, era necessário ter um “atestado de bons antecedentes” dado pela polícia, através da Secretaria de Segurança Pública de Sergipe – SSP/SE, mas a SSP/SE não queria dar esse atestado para estudantes que tivessem histórico de militante estudantil de esquerda.

Com o prazo dado pela Faculdade terminando, ele recorreu ao 28º BC, que liberou a entrega do atestado, mas mesmo assim a SSP/SE não quis liberar. A situação só se resolveu quando Gama se juntou a Mário Jorge [que estava tendo o mesmo problema de Gama], conversaram e explicaram a situação ao Dr. Osman Hora Fontes [que era professor da Faculdade de Direito e tio de Mário Jorge].

O Dr. Osman rapidamente conversou com Dr. Gonçalo Rollemberg Leite, então diretor da Faculdade de Direito, que resolveu mudar o edital, retirou a exigência do atestado de bons antecedentes dado pela SSP/SE, e colocou um atestado de bons antecedentes concedido por um “Juizado de Menores” de autoridade federal ou estadual. Daí então, eles conseguiram com facilidade o atestado de bons antecedentes, autorizado pelo “Juiz de Menores” Dr. Carlos Alberto Sobral de Souza (GAMA, 2020).

⁷ Colégio Atheneu Sergipense, em sua fundação em 1870, recebeu o nome de Atheneu Sergipense, mas ao longo dos anos passou por mudanças na nomenclatura, como em 1943, que se tornou, Colégio Estadual de Sergipe, mas retornou a nomenclatura original em 1970, ficando conhecido na sociedade sergipana, como Colégio Estadual Atheneu Sergipense.

A REPRESSÃO DO REGIME CIVIL-MILITAR BRASILEIRO AO MOVIMENTO ESTUDANTIL

O regime civil-militar retirou legalmente a representatividade da UNE por meio da Lei 4.464/1964, que ficou conhecida como Lei Flávio Suplicy de Lacerda - o ministro da Educação na época -, e a entidade passou a atuar na ilegalidade.

As universidades eram vigiadas, o movimento estudantil sofreu forte repressão. Em 1966, um protesto na Faculdade de Direito, em Belo Horizonte, foi brutalmente reprimido. No mesmo ano, também na capital mineira, a UNE realizou um congresso clandestino no porão de uma igreja. Já no Rio de Janeiro, na Faculdade de Medicina da UFRJ, a ditadura reprimiu com violência os estudantes no episódio conhecido como Massacre da Praia Vermelha. (MEMORIAL UNE, S/D).

O ano de 1968, foi marcado por revoluções culturais e sociais em todo o mundo. Entrou para história, por causa de diversos eventos importantes como: Movimento Hippie⁸; Morte de Martin Luther King Jr.⁹; Maio Francês¹⁰; Morte de Edson Luís¹¹; Passeata dos 100 mil¹², dentre outros acontecimentos.

No Brasil, o movimento estudantil foi protagonista de alguns desses eventos, estando presente em diversas publicações de jornais. Notícias envolvendo militantes estudantis se tornaram algo rotineiro durante o regime civil-militar, principalmente no ano de 1968, como exemplo:

Assassinato Leva Estudantes À Greve Nacional - A morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, de 16 anos – durante um conflito entre a PM com estudantes no Restaurante do Calabouço, no Rio de Janeiro, provocou greve geral de várias Faculdades no Rio e o movimento deverá estender-se pelo País (JORNAL DO BRASIL, 29 de março de 1968).

Muita Gente E Muita Ordem Na Passeata - É realizada, com permissão do governo estadual, no Rio, a "Passeata dos 100 mil", manifestação contra o regime militar organizada por estudantes, artistas, intelectuais e trabalhadores (FOLHA DE SÃO PAULO, 27 de junho de 1968).

⁸ O movimento hippie, foi um comportamento coletivo de contracultura dos anos 1960. Iniciado nos Estados Unidos, com a célebre máxima "paz e amor", que precedeu a expressão "ban the bomb", a qual criticava o uso de armas nucleares (TURNER, 2006).

⁹ Martin Luther King Jr., foi um pastor protestante e ativista político estadunidense que se tornou, líder do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos (SMILEY, 2014).

¹⁰ O movimento de maio de 1968, na França, foi iniciado por movimentos estudantis insatisfeitos com o sistema educacional francês e espalharam-se pelo país, e por outros países do mundo, mobilizando milhões de pessoas (SEIDMAN, 2004).

¹¹ Edson Luís de Lima Souto, foi um estudante secundarista brasileiro assassinado por policiais militares, durante um confronto no restaurante Calabouço, centro do Rio de Janeiro (VENTURA, 1988).

¹² A Passeata dos Cem Mil, foi uma manifestação popular contra a ditadura militar brasileira. Organizada pelo movimento estudantil, ocorreu em 26 de junho de 1968, na cidade do Rio de Janeiro (GASPARI, 2002).

Prisão Do Líder Estudantil Vladimir Palmeira, No Rio - Nos dias seguintes, cerca de 650 estudantes foram detidos no Rio e 300 em São Paulo (FOLHA DE SÃO PAULO, 02 de agosto de 1968).

Deputados E Estudantes Apanham Na Universidade - PM e PF invadem a Universidade de Brasília (UnB), prendem professores e estudantes e ferem, com um tiro na cabeça, um estudante (CORREIO BRAZILIENSE, 30 de agosto de 1968).



Além desses, muitos outros eventos ocorreram no ano, todo o período teve forte engajamento e o protagonismo do movimento estudantil contra o regime civil-militar. Principalmente, com a passeata dos “Cem Mil” que reuniu uma multidão pedindo o fim do regime.

Nesse período, os grupos organizados lutavam contra o regime civil-militar de forma pacífica, mas entre o final da década de 60 e início da de 70 surgiram grupos revolucionários que praticaram a ‘Guerrilha Armada’.

Denise Rollemberg destaca em seu livro *A Esquerda Armada no Brasil* que “a luta armada surgiu como uma resposta direta à repressão brutal do regime e à impotência dos métodos pacíficos” (ROLLEMBERG, 2001, p. 45).

Esses grupos eram, em sua maioria, formados por estudantes do movimento estudantil e dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Muitos deles se opunham à postura do partido, que defendia a ideia de enfrentar o regime de forma pacífica.

Segundo Rollemberg, “a insatisfação com a linha pacifista do PCB gerou a necessidade de criação de novos movimentos que adotassem a luta armada como estratégia” (ROLLEMBERG, 2001, p. 67).

Os principais grupos da esquerda armada brasileira foram: Aliança Libertadora Nacional (ALN); Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop); Comando de Libertação Nacional (COLINA), este último em 1969, uniu-se à VPR, dando origem a um novo grupo, chamado VAR-Palmares (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, S/D).

Depois do AI-5, a repressão ao movimento estudantil aumentou, bem como a adesão aos grupos de guerrilha armada. A ditadura torturou e assassinou estudantes, como a militante

Helenira Rezende e o presidente da UNE Honestino Guimarães, perseguido e executado durante o período de clandestinidade da entidade. Mesmo assim, o movimento estudantil continuou nas ruas, como nos atos e na missa de sétimo dia da morte do estudante da USP Alexandre Vannucchi Leme, em 1973. Ao final dos anos 1970, com os primeiros sinais de enfraquecimento do regime militar, a UNE começou a se reestruturar (MEMORIAL UNE, S/D).

E um grande marco dessa reestruturação, aconteceu em Salvador-BA, no ano de 1979, o ano da realização do XXXI Congresso da UNE, conhecido como congresso da reconstrução, haja vista que desde 1968 a entidade não realizava tal evento (CORREIO BRAZILIENSE, 24 de maio de 1979).

A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL SERGIPANO

O movimento estudantil sergipano, da década de 1960, além de lutar contra o regime civil-militar, concentrou sua atuação em prol da criação de uma Universidade em Sergipe, organizando vários atos como passeatas, manifestos e reuniões. Com a intervenção militar de 1964, os líderes estudantis foram obrigados a reduzir suas atividades. Em entrevista concedida a Silvana Aparecida Bretas, Wellington Manguiera confirma a atuação do movimento estudantil nesse sentido:

A luta pela conjunção da Universidade Federal de Sergipe antecede o golpe militar, já era uma reivindicação que vinha da USES e da própria UEES, com o golpe militar, houve no primeiro momento, um recuo no processo dessa luta que passou a ter como expoente maior Dom Luciano (MANGUEIRA, 2010, *apud* BRETAS, 2014, p.73).

Um dos momentos de reivindicação dos estudantes sergipanos pela criação da Universidade de Sergipe foi organizado pelos alunos da Faculdade de Direito, em alusão ao dia do estudante, em 11 de agosto de 1966, quando publicaram no *Jornal Gazeta de Sergipe*, um manifesto aos estudantes:

Manifesto – Ao ensejo da comemoração do dia do estudante – 11 de agosto – os acadêmicos de Direito de Sergipe [...] Conclamam os estudantes de nossa terra a se unirem em prol do surgimento da classe; empunhando a bandeira de luta na defesa dos seus mais imediatos interesses, culminando com a criação da Universidade de Sergipe que abrirá um horizonte mais luminoso e propício ao incremento de nossa cultura [...] Estudantes: só unidos poderemos lutar; só coesos poderemos vencer (GAZETA DE SERGIPE, 11 de agosto de 1966).



Era comum, em Aracaju, na década de 1960, a classe estudantil utilizar os trotes universitários como ferramenta política, em que podiam expor para sociedade suas reivindicações em forma de sátiras, como a exemplo do trote dos estudantes da Faculdade de Medicina, ocorrido no ano de 1967, no qual solicitaram a criação da Universidade de Sergipe.

Trote de Medicina - Os calouros da Faculdade de Medicina de Sergipe, saem hoje à rua no trote daquela escola superior. No último sábado houve trote interno, no de hoje os estudantes prometem basear suas piadas solicitando a implantação da Universidade de Sergipe. O trote de medicina sairá da Faculdade às quinze horas e trinta minutos (GAZETA DE SERGIPE, 1º de março de 1967).

Protestos em forma de trotes contra o regime civil-militar também foram realizados. Benedito de Figueiredo nos conta o trote que os estudantes de sua turma fizeram.

A maioria dos líderes do movimento estudantil secundarista de sua época foram aprovados no vestibular da Faculdade de Direito de Sergipe 1966/1967, dentre eles Wellington Mangueira, Wellington Paixão, Jackson Barreto, Gama, Mário Jorge Vieira, Abelardo e o próprio Benedito. Uma turma que se destacou durante todo o curso, desde o início com o famoso trote:

Todos tinham bebido [ingerido bebidas alcoólicas], saíram vestidos de preto, esparadrapo na boca, dois tambores, tocando a marcha fúnebre e uma única faixa dizendo: “Os que fazem revolução pacífica impossível, torna inevitável a violência”, foram da rua da frente nas imediações da Faculdade de Direito de Sergipe, até o centro da cidade de Aracaju. E toda imprensa deu aquela atenção (FIGUEIREDO, 2020).

João Augusto Gama nos relata que, em 1967, época em que era estudante da Faculdade de Direito, foi eleito, junto com Francisco Carlos Varela e outros estudantes, para participar do conselho deliberativo de criação da UFS. Esse conselho reunia os professores e estudantes, que não tinham direito a voz e voto na Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação de Sergipe - CES/CEE/SE, com os diretores das Faculdades. As reuniões aconteciam no Conselho de Desenvolvimento de Sergipe - CONDESE, para debater o projeto de criação da UFS (GAMA, 2020).

Em 15 de maio de 1968, graças à congregação das faculdades existentes em Sergipe, foi oficialmente criada a Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUF/SE) e realizada a sua instalação no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS), localizado na rua Itabaianinha, em Aracaju. A solenidade reuniu Dom Luciano Cabral Duarte, presidente do Conselho Diretor, e os membros do colegiado da fundação da UFS: Lourival Batista, então governador do estado de Sergipe; Newton Sucupira, membro do Conselho Federal de Educação; e o representante do Ministério da Educação, Tarso Dutra (BRETAS, 2014).

O primeiro reitor da UFS, João Cardoso Nascimento Júnior, reconheceu a luta e a contribuição dos estudantes no processo de criação da primeira Universidade Sergipana (SILVEIRA, 2008, *apud* CRUZ, 2012).

A Lei Suplicy, em 1964, transformou a UEES em Diretório Estadual dos Estudantes de Sergipe - DEE/SE. Mas em 1967, o Decreto-Lei 228 extinguiu este DEE/SE. Além disso, este Decreto-Lei, em seu artigo 2º, determinou que apenas os Diretórios Acadêmicos – DA e os Diretórios Centrais dos Estudantes – DCE eram entidades representantes de estudantes.

No mês de agosto de 1968, aconteceu a primeira eleição do DCE/UFS. O processo de eleição deveria ser realizado sob os ditames dos dispositivos estabelecidos pelo Decreto-Lei 228/1967, que determinava em seu artigo 7º que seria realizada de forma indireta, apenas os delegados dos Diretórios Acadêmicos poderiam votar.

Mas as duas chapas inscritas formularam um compromisso de consultar os alunos, através de uma espécie de plebiscito, para saber qual seria a chapa que se sagraria vencedora. Em torno desse compromisso a chapa “Unidade e Ação”, articulada pelos militantes do PCB, e a chapa “Libertação”, articulada pelos militantes da AP, concorreram ao pleito. Examinando a composição política das mencionadas chapas, percebe-se que a disputa política pela direção do movimento configurava-se em torno do campo das tendências estudantis de esquerda (CRUZ, 2012).

O processo eleitoral para o DCE/UFS foi realizado na Faculdade de Ciências Econômicas, em 26 de agosto de 1968, e registrou a participação de 567 universitários. Destes, trezentos e vinte votaram a favor da chapa “Unidade e Ação”, duzentos e vinte e sete votaram na chapa “Libertação”, sete votaram nulo e treze votaram em branco. Desta forma, com uma diferença de noventa e três votos, alcançando quase 60% do total de votantes, a chapa “Unidade e Ação”, formada por militantes do PCB e simpatizantes, venceu a primeira eleição para o DCE/UFS (*op. cit.*, 2012).

Pouco tempo depois dessa eleição, grande parte desses estudantes envolvidos no DCE/UFS participaram do 30º Congresso da UNE, que aconteceu em outubro de 1968, na cidade de Ibiúna, estado de São Paulo.

Benedito de Figueiredo, que fez parte dessa delegação como estudante da Faculdade de Direito, nos relatou os detalhes desse Congresso. A delegação de Sergipe foi composta por estudantes de todas as faculdades e de diferentes vieses político, tendo a maior participação dos militantes do PCB e do AP, suas palavras carregam a emoção, que foi esse Congresso:

O ápice, o clímax, de 1968, é o congresso de Ibiúna, junto com Wellington Manguiera, Gama e Antônio Vieira. Pegamos uma senha em São Paulo com um “contato secreto”, para saber onde seria o Congresso, pois, seria realizado na clandestinidade e depois fomos para Ibiúna. Nesse momento conheci José Dirceu, Vladimir Palmeira, Luiz Travassos [...] estávamos ali para saber se iríamos eleger um líder da AP ou do PCB, mas não chegou a ter eleição porque os militares entraram e acabaram com tudo. Fomos levados até a capital paulista, para o Presídio Tiradentes [...] ficamos oito dias presos, só fomos libertos depois de fazermos greve de fome por dois dias e após uma ação impetrada por um advogado, logo voltamos para Aracaju (FIGUEIREDO, 2020).

João Augusto Gama nos relatou que os estudantes do DCE da Universidade Federal de Sergipe contaram com o apoio do primeiro reitor da instituição, Dr. João Cardoso Nascimento Júnior, que viabilizou uma sede para o DCE na rua de Propriá, no centro de Aracaju/SE. A inauguração da sede ocorreu em 13 de dezembro de 1968, data que coincidiu com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), marco da maior repressão do regime civil-militar.

Ao longo de 1969, o movimento estudantil foi para clandestinidade por conta do AI-5, e os líderes estudantis sergipanos como Francisco Carlos Varela, Wellington Manguiera, Mário Jorge Vieira, Antônio Vieira da Costa, Dilson Menezes, Benedito de Figueiredo, o próprio João Augusto Gama, e diversos outros estudantes foram presos. Ficaram 29 dias presos no 28º BC, e só foram liberados no final de janeiro de 1969 (GAMA, 2020).

Depois de liberados, retornaram para UFS, onde se iniciaria o novo período letivo e foram surpreendidos pelo Decreto-Lei 477/1969, que ordenava que professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou privado que fossem considerados “Subversivos” fossem expulsos.

Na UFS, o então reitor João Cardoso Nascimento sofreu grande pressão do general comandante da 6ª Região Militar, de Salvador, para que se procedesse à expulsão dos alunos da universidade. João Augusto Gama nos revela que o reitor João Cardoso não quis expulsar os alunos e, por conta disso, chegou a ter atritos com o general Abdon Sena.

E de forma muito inteligente encontrou um meio de não proceder com as expulsões, criou a figura da cassação dos direitos políticos estudantis, tal medida na verdade foi apenas

para ganhar tempo, até que os alunos se formassem e não fossem expulsos. A maioria dos alunos que fizeram parte das chapas que concorreram na primeira eleição do DCE/UFS, principalmente os membros da chapa eleita, tiveram seus direitos políticos estudantis cassados, o que levou ao fechamento do DCE/UFS de 1969 até 1975. A partir desse momento, a maioria dos líderes estudantis da UFS, que fizeram parte da geração de 1968, se dedicaram exclusivamente aos estudos, para que o mais rápido possível pudessem se formar (GAMA, 2020).

Durante esse período de plena vivência do AI-5, a militância passou a atuar na clandestinidade, a universidade foi palco de ações da política de Segurança Nacional, onde foram criados órgãos para comunidade de segurança e informação. José Francisco Santos, nos relatou que alunos, professores e funcionários da UFS foram vigiados e perseguidos pela Assessoria Especial de Segurança e Informação - AESI, criada em 1971, e que posteriormente se transformou em Assessoria de Segurança e Informação – ASI, no ano de 1976 (SANTOS, 2020).

No ano de 1974, o general Ernesto Geisel tomou posse na Presidência. General João Figueiredo assumiu a chefia do SNI e Golbery do Couto e Silva foi nomeado ministro-chefe do Gabinete Civil, e passou a articular a "abertura" do regime (FOLHA DE SÃO PAULO, 15 de março de 1974).

Apesar de que o processo de distensão do regime civil-militar, como o próprio Geisel pronunciou, “lento e gradual”, em 1974 já foram vistos os primeiros passos para o fim das medidas contidas no AI-5.

Tanto que no final de 1975 após longas negociações, entre estudantes, reitoria e órgãos de segurança e informação, aconteceu a retomada da organização do movimento estudantil em Sergipe, com a eleição para DCE/UFS, que foi reaberto em 1976 (ATA de Reunião/DCE-UFS, 1976).

José Francisco Santos nos relatou que esse período foi repleto de incertezas, pois ao mesmo tempo que o governo anunciava a distensão do regime, acontecia em 1976 a represália mais violenta de Sergipe, que foi a Operação Cajueiro.

A operação foi realizada pela 6ª Região Militar, com efeitos terríveis, prendeu e torturou diversos líderes políticos que faziam oposição ao regime civil-militar (SANTOS, 2020).

José Francisco Santos ingressou na UFS em 1977, e já no seu primeiro ano como estudante universitário se tornou o segundo secretário do DCE/UFS, chegando a ser presidente da entidade nos anos de 1980 a 1981. Ele nos relatou alguns dos momentos mais

importantes da segunda fase do movimento estudantil sergipano da segunda metade do século XX, que aconteceu no final da década de 1970 e início de 1980.

Segundo ele, o DCE/UFS sempre organizou eventos para que os estudantes tivessem um momento de diversão através da apresentação de bandas, grupos de dança ou teatro, e de conscientização sobre as questões políticas, com os manuais do calouro, jornais, cartilhas, charges e palestras.

Um desses eventos foi o ciclo de palestras a respeito do Decreto-Lei 477, proferida pelo senador de Sergipe Gilvan Rocha (1975 – 1983), filiado ao MDB, que ocorreu no ano de 1977. A reitoria por ordem da ASI tentou impedir a realização, mas mesmo assim os estudantes realizaram o evento. José Francisco Santos, nos contou que esse evento foi repleto de policiais e agentes federais disfarçados.

Os líderes estudantis da década de 70 também estiveram presentes em eventos nacionais como o Congresso da Reconstrução da UNE, em 1979, na cidade de Salvador-BA.

Segundo José Francisco Santos, o DCE/UFS representou a delegação de Sergipe, durante o congresso que ocorreu nos dias 29 e 30 de maio de 1979, no centro de convenções de Salvador/BA, para tratar dos temas de Anistia ampla e irrestrita; Fim do regime civil-militar; Educação pública de qualidade gratuita e para todos. Durante o evento os militares cortaram o fornecimento de energia do espaço, os estudantes ficaram na escuridão, mas resolveram o problema com a união de todas as tendências:

Durante a plenária maior, que tinha em torno de 5 mil pessoas presentes, cortaram as luzes, os líderes pediram calma, falaram que aquilo era uma provocação, queriam que eles brigassem... Pegaram uma lâmpada lamparina [refletor], e pediram para quem tivesse com seus carros, os colocassem virados para o largo e acendessem as luzes [faróis], e por estarem sem microfone, ao tempo em que o orador ia falando as diretrizes, os outros ao redor iam repetindo, ecoando a mesma voz com todos os avisos, foi bonito, me emocionei bastante. A plenária continuou com os documentos que estavam sendo lidos. Depois fomos surpreendidos com pó de mico¹³ que foi jogado nos estudantes do teto do largo (SANTOS, 2020).

José Francisco Santos detalhou algumas importantes ações feitas pelo movimento estudantil sergipano das décadas de 1970 e 1980 como uma greve organizada pelos estudantes da UFS [por causa da regulamentação do processo de jubramento dos alunos da universidade que excederam o tempo limite para se formar, essa greve durou 13 dias e mostrou a força e união dos estudantes]; a criação do Movimento Feminino Pela Anistia – MFPA; o apoio aos remanescentes indígenas Xocós e aos moradores que ocuparam o bairro Coroa do Meio; as

¹³ Pó-de-mico, conhecido como um tipo especial de pozolana, os esponjilhos, causam enormes ataques de coceira na pele, por maior que seja a prudência, em quem se aproxima dos lugares nos quais se acumulam.

lutas pela preservação dos manguezais da cidade de Aracaju e contra a poluição causada pela fábrica de cimento em Aracaju; a campanha das Diretas-Já; os debates sobre a construção do novo campus da cidade universitária na cidade de São Cristóvão e consequentemente as reivindicações para criação de linhas de ônibus para o novo campus da cidade universitária, implementação da meia-passagem e contra o aumento do preço das tarifas dos ônibus; as negociações junto a reitoria da UFS para a viabilização da sede do DCE/UFS e a inauguração do Restaurante Universitário – RESUN/UFS; a ocupação da antiga Faculdade de Direito pelos estudantes, entre outras.

João Francisco Santos nos revelou que a segunda geração do movimento estudantil sergipano foi marcada pela presença do líder estudantil Marcelo Déda Chagas, que posteriormente ocupou cargos políticos de grande importância, chegando a ser governador de Sergipe.

Ibarê Dantas, professor e historiador sergipano que escreveu o livro biográfico sobre Marcelo Déda, não poupa elogios ao ex-líder estudantil em sua obra *Marcelo Déda: a arte da política*, chamando-o, por exemplo, de “grande orador”, “figura marcante de seu tempo”, “fluência verbal” e “homem de muitas leituras.

Carlos Roberto Silva, mais conhecido como Cauê, foi líder da terceira geração do movimento estudantil em Sergipe e presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe (DCE/UFS). Ele construiu uma trajetória notável: foi um dos responsáveis pela reorganização do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) no estado, ocupou a presidência da Funcaju, atuou como secretário de Cultura em São Cristóvão e secretário de Comunicação tanto em Sergipe quanto em Aracaju, além de ter criado a Fundação Cultural João Bebe Água.

Outros nomes relevantes dessa terceira geração, que integraram a gestão da ‘Viração’ no Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe (DCE/UFS), incluem Álvaro Vilela, Cecília Tavares, Ivânia Pereira e Edvaldo Nogueira.

Dentre esses, Cauê ressalta que Edvaldo foi o que mais se destacou politicamente após a militância, ocupando os cargos de vereador e, mais tarde, prefeito de Aracaju, função que ainda exerce.

Segundo Cauê, a ‘Viração’ foi protagonista nos movimentos sociais da sua época:

O DCE/UFS, organizava passeatas gigantescas, que lotavam a avenida Barão de Maruim, e seguiam até a praça General Valadão. Em um desses atos expulsamos Paulo Maluf de Aracaju, durante sua campanha para presidente da república, disputando a eleição contra Tancredo Neves (SILVA 2022).

A AÇÃO POLÍTICA DOS LÍDERES ESTUDANTIS DO DCE/UFS.

O Ato Institucional Nº 2 foi decretado no dia 27 de outubro de 1965 e um dos seus efeitos foi a extinção de todos os partidos políticos, além de instituir a organização e criação dos futuros novos partidos, sob orientações da Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965. A partir deste ato começou no Brasil o sistema do bipartidarismo.

No dia 24 de março de 1966, o *Jornal Folha de São Paulo*, publicou a oficialização dos partidos MDB e ARENA. O MDB (Movimento Democrático Brasileiro) reúne principalmente parlamentares do extinto PTB que se opuseram ao regime militar. A Arena (Aliança Renovadora Nacional) se constitui como partido de sustentação dos governos militares (FOLHA DE SÃO PAULO, 24 de março de 1966).

Segundo Benedito de Figueiredo, ainda em 1966, foi criado em Sergipe o diretório estadual do MDB, sob o comando do então deputado federal José Carlos Teixeira, e com o apoio dos estudantes, principalmente os do curso de Direito da UFS, como Jackson Barreto, Jonas Amaral, João Augusto Gama da Silva, Wellington Mangueira, Benedito de Figueiredo, Wellington Paixão, Jackson de Sá Figueiredo e Abelardo Souza.

Com o MDB em pleno funcionamento, os estudantes criaram a Ala jovem do MDB. Em 1970 lançaram o ex-militante do movimento estudantil Jonas Amaral, candidato a vereador de Aracaju, tendo sido eleito com o apoio massivo dos estudantes.

E apesar da vitória de Jonas Amaral ter sido muito importante para classe estudantil sergipana daquele período, ele não foi o primeiro representante do movimento estudantil a ser eleito para um cargo político em Sergipe, pois isso já tinha acontecido anteriormente, a exemplo de Antônio Fernandes Viana de Assis, um dos fundadores da USES, membro do Centro Acadêmico Silvio Romero, da UES e da UNE. Eleito por duas vezes deputado estadual de Sergipe, a primeira em 1958 e a segunda em 1962, teve seu mandato de deputado estadual cassado em 1964 pelo regime civil-militar, e depois da redemocratização do país, chegou a ser prefeito de Aracaju de 1988 a 1989 (DADOS TSE, S/D).

E de Guido Azevedo, que foi membro da UEES, eleito vereador de Aracaju em 1966, posteriormente eleito deputado estadual de Sergipe por cinco vezes consecutivas de 1970 até 1990.

Nas eleições de 1972, o MDB, além de Jonas Amaral, lançou o também ex-militante do movimento estudantil sergipano Jackson Barreto, os dois foram eleitos vereadores de Aracaju, com grande destaque para Jackson Barreto que foi o vereador mais votado no pleito. Após o grande sucesso na eleição para vereador, em 1974, Jackson Barreto foi eleito deputado estadual de Sergipe (DADOS TSE, S/D).

Segundo Benedito de Figueiredo, os militantes do movimento estudantil e da Ala jovem do MDB faziam a campanha do corpo a corpo, entregando panfletos, conversando com a população, com o apoio financeiro dos empresários da família Teixeira (donos da construtora Norcon), essa união foi valiosa para o MDB no ano de 1974, pois contribuiu para vitória de José Carlos Teixeira no cargo de deputado federal, e de Gilvan Rocha no cargo de Senador. Graças ao bom desempenho nos pleitos em que participou, Jackson Barreto se candidatou a deputado federal em 1978 e foi eleito.

No ano de 1979, o Congresso Nacional aprovou o projeto de reforma partidária encaminhado pelo presidente militar João Figueiredo. Com isso o Arena e o MDB foram extintos, dando oportunidade de criação de novos partidos no Brasil (FOLHA DE SÃO PAULO, 21 de novembro de 1979).

Logo após essa reforma partidária, foram criados novos partidos como Partido Democrático Social – PDS; Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; Partido Trabalhista Brasileiro – PTB; Partido dos Trabalhadores – PT; Partido Democrático Trabalhista – PDT; Partido Popular – PP. A maioria dos políticos que eram filiados à Arena migraram para o PDS. Já os que eram filiados ao MDB, dispersaram-se entre os diversos partidos a partir de então criados (ALESP, 2014).

Segundo José Francisco Santos, com a criação dos novos partidos, surgiram novas lideranças políticas. Em Sergipe, nomes conhecidos no meio político como Jackson Barreto, Gama, Benedito de Figueiredo, continuaram no MDB, que se tornou PMDB. Outros mais novos, como o próprio José Francisco Santos, Marcelo Déda Chagas e outros companheiros da tendência Atuação, que naquele período presidia o DCE/UFS, fundaram o PT.

O retorno da democracia, na década de 80, também trouxe o movimento estudantil de volta às suas atividades, para defender suas bandeiras. Em 1984, a UNE participou ativamente da campanha das “Diretas Já”, com manifestações e intervenções nos principais comícios populares daquele período. A entidade também apoiou a candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República. Em 1985, foi aprovado pelo Congresso Nacional o projeto, de autoria do deputado e ex-presidente da UNE, Aldo Arantes, que trazia a entidade de volta para a legalidade (MEMORIAL UNE, S/D).

Em 1982 aconteceu a primeira eleição direta para escolha de governador, desde 1962. Em Sergipe, o PMDB lançou o então senador Gilvan Rocha candidato a governador, e o ex-líder estudantil Benedito de Figueiredo completou a chapa como candidato a vice-governador. O PT e o PDT também lançaram candidatos a governador, mas o vitorioso foi o PDS, com João Alves Filho (DADOS TSE, S/D).

Ainda na eleição de 1982, o PT lançou o líder estudantil do DCE/UFS, Marcelo Déda, para o cargo de deputado federal, mas não foi eleito. Dentre os oito deputados federais eleitos em 1982, o PDS garantiu a maioria das vagas, ficando apenas duas com o PMDB, ocupadas por José Carlos Teixeira e pelo ex-militante estudantil Jackson Barreto. Em 1985, Jackson Barreto (PMDB) e Marcelo Déda (PT), se enfrentaram na eleição para prefeito de Aracaju. Jackson Barreto foi o vitorioso (DADOS TSE, S/D).

No ano de 1986, Sergipe foi palco de alianças políticas, não-convencionais. O PDS, partido formado por integrantes da extinta Arena, se coligou com um “Clássico rival”, o PMDB. Já o Partido da Frente Liberal – PFL, com espectro político direitista, e formado por integrantes dissidentes do PDS, se coligou com partidos de esquerda, como o Partido Socialista Brasileiro – PSB, Partido Comunista do Brasil – PCdoB e PCB (DADOS TSE, S/D).

Nessa eleição de 1986, Benedito de Figueiredo (PSB) foi eleito vice-governador na chapa encabeçada por Antônio Carlos Valadares (PFL), a chapa obteve mais de 292 mil votos. José Carlos Teixeira (PMDB) ficou em segundo colocado e Tânia Magno da Silva (PT) em terceiro. Para o PT essa eleição foi muito positiva, pois Marcelo Déda foi eleito deputado estadual, com excelente votação, obtendo mais de 30 mil votos (DADOS TSE, S/D).

Ao longo dos anos nesse novo cenário da democracia do Brasil, todos esses atores políticos advindos do movimento estudantil se tornaram a nova classe política de Sergipe, com grandiosas histórias que até o momento da produção desse trabalho continuam sendo escritas.

A exemplo de:

Jackson Barreto de Lima, um dos fundadores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em Sergipe, foi eleito vereador de Aracaju em 1972, deputado estadual em 1974, deputado federal em 1978, 1982, 2002 e 2006, eleito prefeito de Aracaju em 1985 e 1992, vice-governador em 2010 e governador em 2014.

João Augusto Gama, um dos fundadores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em Sergipe, foi eleito prefeito de Aracaju em 1996, assumiu diversas secretarias tanto no município de Aracaju, como no estado de Sergipe.

Benedito de Figueiredo, um dos fundadores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em Sergipe, foi eleito vice-governador em 1986 e 1998, deputado federal em 1990, e secretário de Estado em diversas ocasiões.

João Francisco Santos (Chico Buchinho), um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em Sergipe. Foi diretor do Sindicato dos Bancários de Sergipe (SEEB/SE). Foi vereador, por dois mandatos, em Aracaju

(2006/2010); presidente da Funcaju (2001 a 2004) e secretário de Estado da Articulação Política e Relações Institucionais (2010 a 2012).

Edvaldo Nogueira participou da recriação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em Sergipe, foi eleito vereador em 1988 e 1992, vice-prefeito em 2000 e 2004, prefeito em 2008, 2016 e 2020, todos os cargos pela cidade de Aracaju.

Marcelo Déda Chagas, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), foi eleito deputado estadual em 1986, deputado federal em 1994 e 1998, prefeito de Aracaju em 2000 e 2004, governador de Sergipe em 2006 e 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre o movimento estudantil sergipano, focado especialmente no período de 1964 a 1985 durante o regime civil-militar brasileiro, revela como esse grupo de jovens militantes se consolidou como uma força decisiva para a renovação política em Sergipe.

O contexto repressivo da época demandou que esses jovens, sem muitos recursos financeiros, sem heranças políticas ou influências familiares de peso, encontrassem no ativismo e na política de massas uma via para expressar suas demandas e consolidar seus direitos.

Para compreender como esse movimento influenciou o cenário político sergipano, a análise se fundamentou em múltiplas fontes: periódicos da época, entrevistas com ex-líderes estudantis que vivenciaram o período, além de uma densa literatura acadêmica e histórica sobre o regime civil-militar e a ações do movimento estudantil no Brasil.

Os resultados mostram que o movimento estudantil não foi apenas um reflexo das tensões políticas daquela época, mas também atuou como uma verdadeira escola de formação política para uma geração que, posteriormente, ingressou na vida pública.

O movimento mostrou-se essencial para a criação de uma nova classe de lideranças. Os ex-líderes estudantis entrevistados, muitos dos quais ocuparam cargos eletivos, confirmam a influência do movimento em sua formação e destacam a importância da mobilização estudantil como base para sua inserção na política estadual.

Dessa forma, este artigo reafirma a relevância histórica e social do movimento estudantil sergipano como um agente transformador, que desafiou o sistema ditatorial e plantou as sementes para uma renovação política democrática e inclusiva em Sergipe.

Através desta investigação, compreendemos que o ativismo estudantil do período, mesmo diante da repressão e das limitações impostas, serviu de base para a construção de uma nova ordem política, na qual a participação e a vontade popular se tornaram essenciais para o desenvolvimento social e político do estado.

FONTES

- DANTAS, I. *História de Sergipe. República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.
- GARCIA FILHO. *A Reabilitação em Sergipe*. Aracaju: Gráfica Aracaju, 1966.
- FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História Política de Sergipe - 3º volume*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989.
- SANTOS, O. *Memórias de políticos de Sergipe no século XX*. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda, 2002.
- FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História Política de Sergipe - 7º volume*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1996.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.
- COSTA, José Silveira. *História da Filosofia Ocidental: Tópicos Fundamentais: Filosofia Grega, Patrística, Escolástica Cristã Medieval, Moderna e Contemporânea*. Edição especial. Rio de Janeiro: Maud X, 2019.
- GRAMSCI, Antonio. *A Formação dos Intelectuais*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 12. ed. Tradução de Carmen C. Varriale et al. Brasília: Editora UnB, 2004.
- ROLLEMBERG, Denise. *A esquerda armada no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- CAMINHA, Jorge; BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *Dicionário de História do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13. ed. São Paulo: Edusp, 2013.
- FILHO, João Roberto Martins. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar no Brasil: 1964-1968*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- FICO, Carlos. *O golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História Política de Sergipe*. Aracaju: Editora UFS, 2004.
- GRAMSCI, Antonio. *Os cadernos do cárcere*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.
- MATOS, J. S.; SENNA, A. K. *História oral como fonte: problemas e métodos*. *Revista Intersaberes*, Rio Grande, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011.

BRETAS, Silvana Aparecida. *A criação da Universidade Federal de Sergipe: História, política e formação da comunidade acadêmica (1950-1970)*. Universidade Federal de Sergipe, 2014.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ENTREVISTAS

FIGUEIREDO, Benedito de. Entrevista concedida na cidade de Aracaju, em 03 de março de 2020.

SANTOS, José Francisco dos. Entrevista concedida na cidade de Aracaju, em 06 de março de 2020.

GAMA, João Augusto. Entrevista concedida na cidade de Aracaju, em 10 de março de 2020.

SILVA, Carlos Roberto da. Entrevista concedida na cidade de Aracaju, em 17 de maio de 2022.

TRABALHOS ACADÊMICOS

CRUZ, José Vieira da. *Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985*. 2012. 527 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: [\[https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35028\]](https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35028)(<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35028>).

Acesso em: 18 jan. 2020.

SANTOS, Adrielma Silveira Fortuna dos. *Movimento estudantil universitário de Sergipe: modelos de organização, redes sociais e engajamento individual (2000-2015)*. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017. Disponível em: [\[http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/6763\]](http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/6763)(<http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/6763>). Acesso em: 22 abr. 2020.

ATAS

ATA de Reunião do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe (DCE/UFS). Reunião realizada em 1976.

JORNAIS

A CRUZADA. *Governo do Estado de Sergipe e a Igreja Católica*. A Cruzada, 13 fev. 1954. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/33>. Acesso em: 20 out. 2020.

A CRUZADA. *Dom Luciano organiza a juventude estudantil sergipana através do movimento Juventude Universitária Católica - JUC*. A Cruzada, Ano XVI, edição 681, 2 abr. 1950. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/393>. Acesso em: 24 out. 2020.

A CRUZADA. *Greve dos estudantes em defesa da participação nos órgãos colegiados das Faculdades*. A Cruzada, Aracaju, 16 jun. 1962. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br>. Acesso em: 25 out. 2020.

CORREIO BRASILIENSE. *Deputados e estudantes apanham na Universidade*. Correio Braziliense, 30 ago. 1968, p. XXVII, edição 2670. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico/646482>. Acesso em: 24 out. 2020.

CORREIO BRASILIENSE. *Grande marco da reestruturação da UNE ocorreu em Salvador-BA, no XXXI Congresso*. Correio Braziliense, 21 maio 1979. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=121706. Acesso em: 24 out. 2020.

CORREIO DA MANHÃ. Correio da Manhã, 27 jun. 1901. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_01&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=0. Acesso em: 19 out. 2020.

CORREIO DA MANHÃ. Correio da Manhã, 11 ago. 1937. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=0. Acesso em: 21 out. 2020.

CORREIO DA MANHÃ. *Estopim da crise política no Brasil com a renúncia de Jânio Quadros*. Correio da Manhã, LXI, edição 20.989, 26 ago. 1961. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pagfis=21699. Acesso em: 23 out. 2020.

CORREIO DA MANHÃ. *João Goulart é convocado a assumir o governo sob condições*. Correio da Manhã, LXI, edição 20.939, 7 set. 1961. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pagfis=21993. Acesso em: 18 jun. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Greve do Terço*. Folha de São Paulo, ed. Nº 771, Ano 42, 1º de junho de 1962. Disponível em: acervo.folha.com.br. Acesso em: 03 ago. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Marcha da Família com Deus pela Liberdade reúne 500 mil pessoas contra João Goulart*. Folha de São Paulo, 19 mar. 1964. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 03 ago. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Comício na Central do Brasil reúne 200 mil pessoas em apoio a João Goulart*. Folha de São Paulo, 13 mar. 1964. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 14 set. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Muita gente e muita ordem na passeata: É realizada, com permissão do governo estadual, no Rio, a "Passeata dos 100 mil"*. Folha de São Paulo, 27 jun. 1968. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 15 set. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Prisão do líder estudantil Vladimir Palmeira, no Rio*. Folha de São Paulo, 02 ago. 1968. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 12 set. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. *"General Ernesto Geisel toma posse na Presidência."* Folha de São Paulo, 15 de março de 1974. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 22 jul. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. *"Congresso aprova reforma partidária; Arena e MDB são extintos."* Folha de São Paulo, 21 de novembro de 1979. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 25 set. 2020.

GAZETA DE SERGIPE. *A União Sergipana dos Estudantes Secundários – USES apoia os estudantes universitários*. Gazeta de Sergipe, 4 ago. 1962. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/394>. Acesso em: 06 out. 2020.

GAZETA DE SERGIPE. *Manifesto aos estudantes*. Gazeta de Sergipe, 11 ago. 1966. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/393>. Acesso em: 22 out. 2020.

GAZETA DE SERGIPE. *Trote de Medicina*. Gazeta de Sergipe, 1 mar. 1967. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/393>. Acesso em: 11 out. 2020.

JORNAL DO BRASIL. *Assassinato leva estudantes à greve nacional*. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano XXVII, edição 304, 29 mar. 1968. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico/>. Acesso em: 22 nov. 2020.

O GLOBO. *Lançamento da campanha nacional do petróleo, realizada pela UNE*. O Globo, 28 ago. 1947. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico/>. Acesso em: 15 out. 2020.

JORNAL ÚLTIMA HORA. *ATO-5: O objetivo é manter a revolução*. Jornal Última Hora, 14 dez. 1968. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pagfis=1>. Acesso em: 26 nov. 2020.

CONTEÚDO DIGITAL

TURNER, Fred. *From Counterculture to Cyberculture: Stewart Brand, the Whole Earth Network, and the Rise of Digital Utopianism*. Chicago: University of Chicago Press, 2006. Disponível em: <https://press.uchicago.edu/ucp/books/book/chicago/F/bo4106396.html>. Acesso em: 14 out. 2020.

SEIDMAN, Michael. *The Imaginary Revolution: Parisian Students and Workers in 1968*. New York: Berghahn Books, 2004. Disponível em: <https://www.berghahnbooks.com/title/SeidmanImaginary>. Acesso em: 24 out. 2020.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/livro/9788571648520/a-ditadura-envergonhada>. Acesso em: 11 out. 2020.

AGÊNCIA SENADO. *História do Movimento Estudantil*. 2017. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/noticias/materias/2017/06/02/historia-do-movimento-estudantil>. Acesso em: 12 out. 2020.

TSE - Tribunal Superior Eleitoral. *Cronologia das Eleições no Brasil*. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/historia/cronologia-das-eleicoes>. Acesso em: 12 out. 2020.

TSE - Tribunal Superior Eleitoral. *Resultados Eleitorais*. Disponível em: https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/?q=&groups=resultados&sort=score+desc%2C+metadadata_modified+desc. Acesso em: 16 jul. 2020.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE). *História da UNE*. Disponível em: [\[https://www.une.org.br/memoria/historia/\]](https://www.une.org.br/memoria/historia/)(<https://www.une.org.br/memoria/historia/>). Acesso em: 15 out. 2020.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE). *Memória*. Disponível em: [\[https://www.une.org.br/memoria/\]](https://www.une.org.br/memoria/)(<https://www.une.org.br/memoria/>). Acesso em: 05 out. 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Reformas de base*. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/reformas-de-base>. Acesso em: 28 out. 2020.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ALESP). *"A reabertura política e a reforma partidária."* 2014. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br>. Acesso em: 28 jun. 2020.

SMILEY, Tavis. *Death of a King: The Real Story of Dr. Martin Luther King Jr.'s Final Year*. Little, Brown and Company, 2014. Disponível em: <https://www.littlebrown.com/books/9780316343067/>. Acesso em: 27 out. 2020.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. *Luta armada*. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/luta-armada>. Acesso em: 25 out. 2024.

ASSUNÇÃO, Paulo de. O colégio jesuítico da Bahia: entre a invasão holandesa e a extinção da Companhia de Jesus. In: AMANTINO, Marcia Sueli; TROISI-MELEAN, Jorge (orgs.). *Jesuitas en las Américas. Presencia en el tiempo*. Buenos Aires: TeseoPress, 2019. p. 315-348. Disponível em: <https://jesuitonlinebibliography.bc.edu/catalog/20135>. Acesso em: 17 out. 2020.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em: 14 fev. 2020.

BRASIL. Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm. Acesso em: 16 mar. 2020.

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 23 mar. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 fev. 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-228-28-fevereiro-1967-376022-retificacao-36758-pe.html>. Acesso em: 23 out. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.105, de 11 de fevereiro de 1942. Diário Oficial da União, Seção 1, 13 fev. 1942, p. 2253. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4105.html. Acesso em: 23 out. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 fev. 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-378078-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. Brasília: Presidência da República, 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4464.htm. Acesso em: 24 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4740.htm. Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL. Decreto n. 20.493, de 24 de janeiro de 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20493-24-janeiro-1946-329043-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 out. 2020.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SILVA, N. P. *Modernização autoritária do nordeste*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.

MACHADO, M. C. *Brava gente sergipana e outros bravos*. Aracaju: Sociedade Editorial Sergipana, 1998.

POERNER, A. J. *O Poder Jovem – história da participação política dos estudantes brasileiros*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

VENTURA, Zuenir. *O Lado Sombrio do Paraíso: A Censura*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1988.

BOTTO, Antônio Luiz. *A Ditadura Militar em Sergipe: Repressão, Perseguições e Resistências*. Sergipe, 2015.

COSTA, José Silveira da. *A História da Filosofia Ocidental*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. 912 p.

BRAZ, Marco Antonio. *Ditadura e corrupção: A Comissão Geral de Investigações e o confisco de bens de acusados de enriquecimento ilícito no Brasil (1968-1978)*. Belo Horizonte: Editora UEMG, 2019.

DANTAS, Ibaré. *Marcelo Déda: a arte da política*. Aracaju: Editora Diário Oficial de Sergipe, 2018.

ABSTRACT

This article analyzes the student movement in Sergipe during the second half of the 20th century, highlighting its historical and political relevance. The aim is to investigate how the involvement of these youth groups influenced changes in the political landscape of Sergipe, contributing to the formation of political leaders who later took on elected positions. The research is based on documentary sources, primarily newspapers, as well as interviews with former student leaders and a review of literature on the period of the military dictatorship in Brazil and the resistance movements. The analysis demonstrates the connection between student activism and the strengthening of new political forces, suggesting that the student movement was an important catalyst for political renewal in the state. The conclusions point to the lasting impact of these mobilizations on the current political configuration of Sergipe.

Keywords: Student movement, Sergipe politics, civil-military dictatorship, political renewal, democracy.